
A IMANÊNCIA DO POLÍTICO? COMUNICAÇÃO INDÍGENA E PRESENÇA MĚBÊNGÔKRE-KAYAPÓ NAS REDES SOCIAIS

THE IMMANENCE OF THE POLITICAL: INDIGENOUS COMMUNICATION AND THE MĚBÊNGÔKRE-KAYAPÓ PRESENCE ON SOCIAL MEDIA

¿LA INMANENCIA DE LO POLÍTICO? LA COMUNICACIÓN INDÍGENA Y LA PRESENCIA DE LOS MĚBÊNGÔKRE-KAYAPÓ EN LAS REDES SOCIALES

Wesley Silva

Universidade Federal do Pará

Breno Alencar

Universidade Federal do Pará

Resumo: Este artigo analisa em que condições práticas comunicacionais de pessoas MĚbêngôkre-Kayapó vinculadas à aldeia A'Ukre podem ser compreendidas como práticas políticas em plataformas de redes sociais. Em diálogo com Aristóteles e, sobretudo, com Jacques Rancière, articulam-se os conceitos de política, dissenso, partilha do sensível e autorrepresentação. Empiricamente, mobiliza-se um corpus piloto de publicações coletadas, desde abril de 2026, no Instagram, a partir de perfis vinculados à aldeia A'Ukre. As publicações foram registradas por meio de capturas de tela e sistematizadas em uma tabela de categorização que considera autoria, enquadramento, atividade retratada, gênero, práticas culturais e contexto. Os resultados preliminares indicam a recorrência de registros relacionados a rituais, cerimônias e festividades, sugerindo que o caráter político não decorre automaticamente da presença indígena nas plataformas, mas de operações comunicacionais capazes de disputar visibilidade, produzir enquadramentos internos e tensionar representações externas. Conclui-se que determinadas práticas digitais podem constituir formas de comunicação política, embora permaneçam condicionadas pelas infraestruturas e pelas regras corporativas das plataformas.

Palavras-chave: filosofia política; comunicação política; MĚbêngôkre-Kayapó; internet; redes sociais.

Abstract: This article analyzes under what conditions the communicative practices of MĚbêngôkre-Kayapó people connected to the village of A'Ukre can be understood as political

practices on social media platforms. Drawing on the work of Aristotle and, above all, Jacques Rancière, the article explores the concepts of politics, dissent, the sharing of the sensible, and self-representation. Empirically, the study draws on a pilot corpus of posts collected since April 2026 on Instagram from profiles linked to the village of A'Ukre. The posts were recorded via screenshots and organized into a categorization table that considers authorship, setting, depicted activity, genre, cultural practices, and context. Preliminary results indicate the recurrence of posts related to rituals, ceremonies, and festivities, suggesting that political character does not automatically stem from the indigenous presence on these platforms, but rather from communicational strategies capable of contesting visibility, producing internal frames, and challenging external representations. It is concluded that certain digital practices may constitute forms of political communication, although they remain conditioned by the platforms' infrastructure and corporate rules.

Keywords: political philosophy; political communication; Mëbêngôkre-Kayapó; Internet; social media.

Resumen: Este artículo analiza en qué condiciones las prácticas comunicativas de las personas Mëbêngôkre-Kayapó vinculadas a la aldea de A'Ukre pueden entenderse como prácticas políticas en las redes sociales. En diálogo con Aristóteles y, sobre todo, con Jacques Rancière, se articulan los conceptos de política, disenso, compartir lo sensible y autorrepresentación. Desde un punto de vista empírico, se utiliza un corpus piloto de publicaciones recopiladas, desde abril de 2026, en Instagram, a partir de perfiles vinculados a la aldea de A'Ukre. Las publicaciones se registraron mediante capturas de pantalla y se sistematizaron en una tabla de categorización que tiene en cuenta la autoría, el encuadre, la actividad representada, el género, las prácticas culturales y el contexto. Los resultados preliminares indican la recurrencia de registros relacionados con rituales, ceremonias y festividades, lo que sugiere que el carácter político no se deriva automáticamente de la presencia indígena en las plataformas, sino de operaciones comunicativas capaces de disputar la visibilidad, producir marcos internos y generar tensiones en las representaciones externas. Se concluye que determinadas prácticas digitales pueden constituir formas de comunicación política, aunque sigan estando condicionadas por las infraestructuras y las normas corporativas de las plataformas.

Palabras clave: filosofía política; comunicación política; Mëbêngôkre-Kayapó; Internet; redes sociales.

1 INTRODUÇÃO

A política atravessa a vida de todos os indivíduos, manifestando-se em diferentes âmbitos e escalas geográficas. Trata-se de uma dimensão da experiência humana que pode ser observada desde o espaço doméstico, nas relações entre casais, nos conflitos, nas negociações e na organização do lar, até a esfera institucional, na qual representantes, geralmente eleitos pelo povo, atuam na organização e na gestão do

território. No caso brasileiro, essa organização política estrutura-se em diferentes escalas, abrangendo as esferas municipal, estadual e nacional.

Em países que foram submetidos ao processo de colonização, tendo o continente Sul-Americano como exemplo, a política vigente hoje é diretamente baseada na lógica ocidental, principalmente com o afloramento e consolidação dos Estados modernos que suprimiram lógicas internas de organização territorial pré-coloniais. Isso evidencia como a política é pautada em relações de poder, disputas e imposições não só entre indivíduos, mas entre Estados-nações.

Por ser um campo científico que foi institucionalizado, desde o século XIX temos a política como uma área que produz conhecimento, a qual é representada pela Ciência Política. Todavia, embora os esforços desse campo científico sejam notáveis e tenham formas particulares de apreensão de seus objetos de pesquisa, a política não lhe é exclusiva. Séculos antes da modernidade, ela já era expressa na Grécia Antiga, na Roma Antiga e no Egito Antigo, civilizações que produziram conceitos e organizações espaciais que são vistas até hoje, mesmo que algumas tenham sido mais evidenciadas do que outras.

Outras áreas do conhecimento também têm a política como objeto analítico, tais como a Geografia Política, que se debruça sobre a relação entre espaço e política (Castro, 2005); a Filosofia Política, que reflete sobre por que as coisas são políticas (Strauss, 2011); a Sociologia, que busca entender a relação entre sociedade e política; e a Comunicação Política, que investiga a relação entre atores políticos institucionais e não institucionais, os meios de comunicação e a sociedade, dentre outros campos.

São investigações, análises e reflexões heterogêneas, considerando a dinamicidade e incorporação constante de diferentes elementos na política. Hoje, no contexto urbano, não é mais possível falar de política sem considerar a presença da internet e das redes sociais, dada sua capilarização e influência direta nos processos eleitorais (Bertollo, 2019). Trata-se de um novo contexto no qual os aparelhos técnicos e tecnológicos estão proporcionando e mediando novas formas de debates, organização política e ativismos, impactando diretamente a espacialidade da institucionalidade (Alencar; Silva; França, 2024).

Embora esse processo de virtualização e digitalização da política tenha começado nos espaços urbanos, em decorrência das possibilidades infraestruturais que viabilizaram esse novo cenário, áreas mais remotas também estão passando, ainda que de forma processual, pela digitalização e virtualização da política. Já não é raro vermos a presença cada vez mais frequente da internet e de aparelhos eletrônicos em comunidades tradicionais distantes dos grandes centros urbanos, o que demonstra, em certa medida, a popularização desses objetos técnicos e tecnológicos e uma migração para o ciberespaço (Israel, 2021).

Com isso, determinados povos e comunidades indígenas, especialmente aqueles territorializados no interior da Amazônia brasileira, vêm aderindo cada vez mais ao uso da internet e das redes sociais para finalidades que não se limitam ao lazer, mas que também transformam essas plataformas em importantes ferramentas políticas. É o que apontam Esteves e Cal (2023), ao destacarem que a comunicação digital, possibilitada pelo acesso à Rede Mundial de Computadores, vem se constituindo como um campo fecundo para o ativismo indígena, já presente, evidentemente, no cotidiano material dessas comunidades.

Nesse sentido, quando focamos no caso do povo Mëbêngôkre-Kayapó, especificamente os da aldeia A'Ukre, localizada no Sul do Pará, principalmente após a instalação da internet de alta velocidade, representada pela Starlink, há relações e processos comunicacionais emergentes em curso que estão incrementando novas práticas entre os moradores da aldeia (Coelho, 2024).

Diante desse cenário, este artigo, derivado de uma pesquisa de mestrado em curso no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM), da Universidade Federal do Pará (UFPA), pergunta: em que condições as práticas comunicacionais de pessoas Mëbêngôkre-Kayapó vinculadas à aldeia A'Ukre nas redes sociais podem ser compreendidas como práticas políticas? O objetivo é examinar essa questão sem pressupor que toda presença indígena nas plataformas seja, por si só, política, buscando identificar operações de visibilidade, autorrepresentação e dissenso que possam conferir caráter político a determinadas práticas comunicacionais.

Para desenvolver o argumento, dialogamos com Aristóteles (1995), cuja formulação do ser humano como animal político permite afastar uma concepção exclusivamente institucional da política, e, sobretudo, com Jacques Rancière (1996, 2009), cujos conceitos de dissenso, polícia e partilha do sensível oferecem critérios analíticos para observar disputas em torno de quem pode falar, aparecer e ser reconhecido no espaço comum. A reflexão teórica é articulada a uma etapa empírica exploratória baseada em publicações de perfis vinculados a A'Ukre, coletadas desde abril de 2026 e sistematizadas mediante categorias selecionadas previamente.

Além desta introdução, o artigo está organizado em cinco seções. A primeira apresenta contribuições da Filosofia Política para delimitar o problema do político. A segunda discute a comunicação indígena e seus possíveis vínculos com a comunicação política. A terceira explicita o percurso metodológico e o corpus digital mobilizado. A quarta apresenta resultados exploratórios da análise das publicações vinculadas a A'Ukre. A última seção reúne as considerações finais, destacando resultados, limites e desdobramentos da pesquisa.

2 O QUE É POLÍTICA? BREVES CONTRIBUIÇÕES DA FILOSOFIA POLÍTICA

Como já mencionado, este trabalho é oriundo de uma pesquisa de mestrado em curso que busca analisar a presença Kayapó nas redes sociais em uma perspectiva política. Diferentemente do que foi realizado em trabalhos anteriores, com ênfase para o campo da Geografia Política, percebemos que não era possível limitarmos somente nos estudos dessa área, visto que entender o território enquanto algo institucional não daria conta de compreender como o uso da internet, smartphones e redes sociais pelos indígenas pode ser de orientação política, considerando que esses sujeitos não se limitam necessariamente no interior da política institucional, embora dependam da efetivação de políticas públicas oriundas dessa esfera.

Por essa razão, mobilizamos o filósofo francês Jacques Rancière (1940–), cuja obra se insere no campo da Filosofia Política e trabalha conceitos como “partilha do sensível” (*le partage du sensible*), “consenso”, “estética”, “dissenso”, “política” e “polícia”. Tais conceitos são particularmente produtivos para esta pesquisa porque

permitem deslocar a pergunta de “quem pertence à política institucional?” para “em que situações sujeitos historicamente subalternizados alteram a distribuição do visível, do dizível e das posições reconhecidas no espaço comum?”. Em diálogo complementar, Aristóteles (1995) é mobilizado para historicizar a ideia de que a política não se reduz às instituições modernas.

Antes de prosseguirmos, é necessário frisar que estamos propondo um debate teórico, com base na Filosofia Política e na posição de pesquisadores. O que será discutido aqui sobre política não diz respeito à dinâmica e organização da política dos Kayapó da aldeia A’Ukre, tampouco de outras comunidades indígenas, dado que conceitos e teorias não dão conta da complexidade e particularidade presentes em cada comunidade. Assim, trata-se de um esforço na tentativa de entender a dimensão política com base em conceitos e teorias produzidas ao longo dos anos no âmbito acadêmico.

Dito isso, por que Filosofia Política? De que forma essa área pode pavimentar caminhos analíticos para uma realidade tão complexa, como é o caso dos povos indígenas? Para Strauss (2011), a Filosofia Política é um ramo da filosofia que se debruça no entendimento da natureza dos elementos que são políticos, isto é, empenha-se em entender por que as coisas são políticas. Essa contribuição do autor nos auxilia a refletir sobre como a presença Mëbêngôkre-Kayapó no território digital se apresenta, em nosso entendimento, como uma presença política e, por isso, nossos esforços reflexivos se voltam para compreender por que essa presença pode se constituir em uma presença política.

Será que apenas a simples presença Kayapó nas redes sociais já constitui algo político? Como dito no início da seção, nossa discussão não será com base na política institucional, uma vez que esses sujeitos, por muito tempo, foram apartados de tal segmento. Hoje, mesmo que já consigam ocupar esse setor, ainda que de forma tímida, a política, enquanto relações sociais, mediações, resistências, conflitos e organização territorial sempre existiu na realidade indígena. Quando vamos para os estudos da Filosofia Política clássica, com foco na filosofia formulada na Grécia Antiga, para alguns filósofos, a política era vista como imanente ao homem.

Aristóteles (1995) acreditava que o homem é, por natureza, um animal político (*zōon politikón*). Desse modo, a organização política, que culminou na formação da pólis, era vista como imanente à existência humana, sendo por meio dela que a razão se realiza e é exercida (Castro, Olivieri; Castro, 2024). Assim, é perceptível que não é necessário se autodeclarar e/ou fazer parte da política institucional e partidária para ser um sujeito político. Quando se trata dos povos indígenas, esse apontamento fica mais claro, tendo em vista que cada povo sempre teve e ainda tem formas complexas e particulares de organização política no interior de seus territórios, mesmo após o processo de colonização que tentou impor uma lógica política ocidentalizada.

Aqui, com base em Aristóteles (1995), também partilhamos da ideia de que o homem é um ser político por natureza. Isso significa dizer que não precisamos nos autodeclarar como sujeitos políticos, dada sua imanência. Em decorrência do processo de constituição da pólis, o homem consegue pôr em prática a razão, a qual se manifesta no diálogo e na interação com o outro, atravessando a própria dimensão política no sentido dessas próprias interações que antecedem a constituição da pólis (Castro, Olivieri; Castro, 2024). Ao transpor essa reflexão para a realidade de uma determinada aldeia indígena, compreendemos que sua construção, organização e permanência também são atravessadas pela política interna ali estabelecida e dela dependem.

Em Rancière (1996), a política só é efetivada, de fato, quando os subalternos, os excluídos e os marginalizados conseguem participar do comum, um espaço que, de forma paradoxal, não é tão comum assim. Diferentemente do que muitas pessoas pensam, o autor acredita que a política se faz no dissenso e na discordância, pois o desaparecimento do dissenso político não cria uma sociedade mais democrática; ao contrário, pode abrir espaço para formas autoritárias de organização social (Rancière, 1996). Isto é, a ausência de objeções não significa harmonia; pelo contrário, significa que apenas um grupo hegemônico, com direito à participação e ao discurso, está participando da política.

Quando pensamos nos sujeitos com os quais estamos trabalhando nesta pesquisa, refletimos sobre se eles conseguem participar integralmente dos debates políticos institucionais que estão discutindo, por exemplo, sobre seus direitos

territoriais. Sabemos que não, considerando que, na maioria das vezes, os povos indígenas não são consultados no momento das tomadas de decisão sobre suas terras, e esse diálogo costuma acontecer apenas entre políticos/institucionais e setores interessados nas terras indígenas; geralmente, setores empresariais. Para Rancière (1996), isso é a manutenção do consenso e do *status quo*, os quais são assegurados pelo que ele vai chamar de polícia, ou seja, a polícia enquanto responsável por manter a ordem, definir quem pode falar, quem deve ser ouvido e quais sujeitos permanecem invisibilizados.

A polícia cria barreiras físicas e simbólicas que excluem os sujeitos da participação política e do comum e mantêm o que já está estabelecido. Rancière (1996, 2009) argumenta que isso é a partilha do sensível, sendo a forma pela qual uma sociedade organiza aquilo que pode ser visto, dito, pensado e percebido coletivamente. Trata-se da distribuição dos lugares, das vozes, dos corpos e das formas de participação social (Gomes, 2014). Essa partilha é, na maioria das vezes, excludente e é confrontada e tensionada pelo dissenso, o qual, quando efetivado, faz emergir, na concepção do autor, a política. Com isso, o dissenso se torna essencial para desafiar e romper com a política vigente, propondo uma nova ordem para que os excluídos consigam ter suas vozes legitimadas (Gomes, 2014).

Ainda nesse sentido, um outro conceito trabalhado por Rancière (2009) em suas reflexões sobre política é o de estética. O conceito de estética tem sido historicamente objeto de reflexão no campo filosófico, sendo abordado por diferentes autores. Entre essas contribuições, destaca-se a reflexão de Walter Benjamin (2018), que, no contexto do século XX, analisou a obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica, discutindo como a reprodução massiva das obras contribuía para a diluição de sua aura e, consequentemente, para a transformação da experiência estética. Para Rancière (2009), por sua vez, a estética também está relacionada à esfera do sensível, das experiências, da política e da própria partilha do sensível.

Em seu pensamento, política e estética estão profundamente ligadas porque ambas dizem respeito à organização do sensível, isto é, à maneira como o mundo é percebido, visto, ouvido e compartilhado socialmente (Rancière, 2009; Gomes, 2014).

Em outras palavras, é sobre quem e quais indivíduos e grupos podem falar, serem ouvidos, vistos e legitimados. É a organização da experiência do sensível cristalizando quem está fora e quem está no interior da política e de suas ramificações.

Nesse sentido, a política não reside na administração do poder, mas na ruptura das hierarquias estabelecidas. Ela se manifesta por meio do dissenso, que rompe a lógica consensual e reconfigura a posição dos sujeitos na organização social e na partilha do sensível, transformando, assim, as formas de percepção e de experiência do mundo comum (Rancière, 1996, 2009; Gomes, 2014). São formas de dissolver aquilo que o autor denomina de polícia, ou seja, práticas capilarizadas na sociedade que impedem, material e simbolicamente, a participação de sujeitos subalternos na esfera política. Esse processo é particularmente evidente no caso dos povos indígenas, que foram submetidos à colonização e, ainda hoje, permanecem policiados por estruturas coloniais que os excluem dos diversos espaços de poder.

A leitura de Aristóteles permite afastar uma redução da política à esfera institucional, mas não autoriza concluir que toda prática comunicacional seja automaticamente política. Para fins analíticos, a contribuição de Rancière (1996, 2009) é decisiva: o caráter político emerge quando há dissenso, isto é, quando uma prática interfere nas hierarquias do sensível e redistribui possibilidades de fala, visibilidade e reconhecimento. Essa distinção orienta a seção seguinte e, posteriormente, a análise empírica das publicações vinculadas a A'Ukre.

3 COMUNICAÇÃO INDÍGENA: UMA COMUNICAÇÃO POLÍTICA?

Após o diálogo sobre Filosofia Política desenvolvido nas linhas anteriores, esta seção examina em que condições determinadas práticas de comunicação indígena podem assumir caráter político. Em vez de tomar a identidade dos sujeitos como prova suficiente, o argumento procura reconhecer operações comunicacionais de disputa, autorrepresentação, visibilidade e dissenso que possam ser observadas em experiências concretas. Essa abordagem permite articular o debate teórico à análise das publicações vinculadas a A'Ukre sem reduzir a diversidade das práticas indígenas a uma única finalidade política.

Por muito tempo, foi perpetuado no imaginário popular, com sustentação da colonialidade e da grande mídia ocidental e pró-ocidental (Losurdo, 2020), uma visão de que os povos indígenas são anti-modernidade, que vivem exclusivamente no interior das florestas, em áreas remotas, e não precisam ter acesso a determinados objetos produzidos pelos brancos, uma vez que isso os tornaria menos indígenas (Shepard Jr e Pace, 2021). Apesar de essa ideia ser extremamente equivocada e ultrapassada, ela foi e ainda continua sendo amplamente difundida pelos meios de comunicação hegemônicos.

Porém, atualmente, tal ideia não permanece no imaginário popular sem que também se desenvolvam perspectivas contrárias, que a confrontam e tecem novas formas de apreender a realidade indígena, uma vez que as comunidades estão se apropriando da internet e das mídias para tecer suas próprias narrativas e formular agendas que sejam pertinentes aos seus interesses coletivos. Embora isso tenha ficado cada vez mais evidente nos últimos anos, a presença das mídias em aldeias indígenas, ou utilizada por determinados representantes indígenas, remonta às últimas décadas do século XX, sendo usadas para determinadas finalidades, como a própria questão política, de cobranças e de autorrepresentação.

Mário Juruna, por exemplo, liderança indígena do povo Xavante e ex-deputado federal, fez uma apropriação não esperada de um objeto midiático (gravador) para tentar assegurar os direitos indígenas de seu povo. Ao conversar com políticos e com outros indivíduos que tinham poder de decisão, Juruna costumava gravar essas conversas, objetivando que as promessas feitas fossem cumpridas. Foi, claramente, uma apropriação do objeto técnico mediada por suas experiências enquanto sujeito indígena marginalizado na sociedade, na qual, na maioria das vezes, as políticas públicas não são efetivadas e/ou direcionadas ao seu povo, mesmo quando são prometidas (Pereira, 2010; Franco; DI Felice; Pereira, 2020).

No caso de Juruna, por ser um líder político e ter ocupado diretamente um cargo na política institucional, as mídias eram usadas, evidentemente, para finalidade política, principalmente porque o mesmo passou a integrar o âmbito da política institucional. Pereira (2010), ao ter investigado a produção audiovisual indígena, denota que as

experiências que eles têm com as mídias representam novas formas de comunicar e de representação de si mesmos e de seus parentes, (re)posicionando esses sujeitos no imaginário popular antes influenciado pela mídia hegemônica.

Experiências como as descritas por Pereira (2010) mostram que produções audiovisuais indígenas podem adquirir dimensão política quando são mobilizadas para tensionar representações externas, disputar sentidos ou ampliar possibilidades de autorrepresentação. Isso não significa que toda produção audiovisual indígena seja política, mas que determinadas práticas comunicacionais podem participar de processos de reposicionamento simbólico e de circulação de narrativas próprias (Hoff, 2022; Castro et al., 2022).

Em contextos nos quais o acesso à grande mídia é restrito ou mediado por enquadramentos externos, as redes sociais podem oferecer canais adicionais para a produção e circulação de conteúdos de autoria indígena. Tais usos podem favorecer narrativas alternativas, comunicação entre diferentes públicos e formas de resistência, mas seus efeitos dependem das condições concretas de acesso, circulação, visibilidade e apropriação das plataformas (Girão, 2023).

As transformações históricas dos meios de comunicação ampliaram as possibilidades de circulação de narrativas indígenas, primeiro por mídias audiovisuais e, mais recentemente, pela internet e pelas redes sociais. Esse processo desafia visões essencialistas que associam os povos indígenas à exterioridade da modernidade técnica, mas não produz um cenário homogêneo: diferentes comunidades e sujeitos se relacionam com as tecnologias de maneiras desiguais, seletivas e situadas (Franco; Di Felice; Pereira, 2020; Santaella, 2003).

Nos casos em que as plataformas são mobilizadas para autorrepresentação, as narrativas podem circular para além das fronteiras da aldeia e alcançar interlocutores diversos. Esse movimento abre possibilidades de diálogo, busca de apoio, defesa territorial e valorização cultural, sem que tais efeitos devam ser presumidos para toda experiência indígena conectada. O alcance e o sentido das publicações dependem dos sujeitos, dos contextos e das relações estabelecidas em cada situação comunicacional (Franco; Di Felice; Pereira, 2020).

Em contextos de conflito, comunidades indígenas, na tentativa de conter ações e problemáticas decorrentes de forças externas homogeneizantes do capital, podem mobilizar a opinião pública nacional e internacional, especialmente de atores que apoiam suas agendas políticas, por meio do espaço digital, em defesa de direitos que se encontram sob ameaça. Trata-se de estratégias que mediatizam a luta política, ampliando sua visibilidade e pressionando as autoridades a recuar ou a adotar medidas concretas diante dos conflitos em curso (Pinto, 2018).

Essas experiências podem tensionar modelos predominantemente informacionais e ampliar possibilidades relacionais de comunicação ao colocar em circulação vozes, conhecimentos e práticas historicamente pouco reconhecidos nos meios hegemônicos. Ainda assim, a apropriação das tecnologias digitais não elimina assimetrias nem garante horizontalidade: ela cria condições para novas relações comunicacionais, cujos efeitos precisam ser examinados empiricamente (Bueno, 2013; Israel, 2021; Amaral; Filho, 2022).

Em vez de atribuir à “comunicação indígena” uma natureza única ou necessariamente oposta à comunicação hegemônica, é mais produtivo reconhecer a diversidade de práticas, sujeitos, finalidades e plataformas envolvidas. Determinadas experiências podem privilegiar autorrepresentação, circulação de saberes, denúncia, articulação política ou valorização cultural; outras podem estar associadas ao cotidiano, ao entretenimento, às relações familiares ou a usos comerciais. Assim, o caráter político precisa ser demonstrado no plano das práticas e das relações concretas, e não presumido a partir da identidade dos sujeitos que comunicam.

Voltando para a questão política, agora entrelaçada com a comunicação indígena e tentando responder o título da referida seção, recorreremos a Marques (2011), que refletiu sobre comunicação, estética e a partilha do sensível, em diálogo com Rancière (1996; 2009), entende que quando comunidades indígenas utilizam redes sociais para narrar suas próprias experiências e contestar representações produzidas por governos, empresas ou grandes meios de comunicação, elas produzem um dissenso no sentido rancieriano: rompem a imagem de uma sociedade supostamente consensual e tornam

visíveis conflitos, desigualdades e demandas anteriormente marginalizados e ignorados.

Nesse sentido, o dissenso representa uma linguagem que não é entendida numa ordem já estabelecida, isto é, o comum. Essas relações de desigualdade são tensionadas por linguagens alternativas daqueles que não conseguem participar das estruturas do *status quo*. São, como apontamos no debate sobre Filosofia Política, os invisíveis causando rupturas no visível e tentando reconfigurar a ordem social estabelecida pelos agentes do capital que fundaram e se capilarizaram nas estruturas de poder (Rancière, 1996, 2009; Marques, 2011).

Porém, o *status quo* ainda é mantido, mesmo contestado frequentemente. Não é toda comunidade indígena que possui uma comunicação por meio das redes sociais, dada a carência de infraestrutura adequada e falta de políticas públicas direcionadas para suprir esse déficit. A Sociedade da Informação (SI) contemporânea deve ser democratizada, de modo a garantir que todos tenham acesso pleno aos recursos tecnológicos que a compõem, incluindo as comunidades indígenas e outras comunidades tradicionais. Contudo, esse processo deve considerar e respeitar suas especificidades culturais e suas necessidades, acontecendo de dentro para fora (Pinto, 2018).

Além disso, a comunicação indígena mediada pela internet e pelas redes sociais é influenciada e policiada pelas lógicas ideológicas e mercadológicas que orientam essas plataformas. Isso porque a “[...] a internet foi uma criação americana, e os valores americanos de abertura e liberdade de expressão (compartilhados por muitos, mas não por todos os países) moldaram a tecnologia e a governança da internet [...]” (Lewis, 2020, p. 1). Em determinadas circunstâncias, essa dinâmica pode limitar o alcance de conteúdos considerados incompatíveis com seus interesses ou diretrizes, impedindo que alcancem um número significativo de pessoas. Em casos mais extremos, tais conteúdos podem ser removidos, e as contas de seus responsáveis, suspensas ou banidas.

Essa dimensão geopolítica evidencia os limites da comunicação mediada por plataformas: mesmo quando conteúdos indígenas alcançam circulação expressiva,

persistem desigualdades de infraestrutura, soberania e autonomia diante das *Big Techs*. Do ponto de vista da Filosofia Política mobilizada neste artigo, esse cenário não permite classificar de antemão toda comunicação digital indígena como política; exige observar se como determinadas práticas produzem dissenso, redistribuem visibilidades ou tensionam a ordem estabelecida.

Para corroborar essa ideia, Rios e Silva (2023), ao realizarem uma pesquisa sobre a presença de dez influenciadores digitais indígenas no Instagram, que possuem um quantitativo de seguidores que varia entre 20 e 500 mil, identificaram que, dos 239 posts coletados e analisados, cerca de 33,47% são de caráter ativistas, e 29,29% são de caráter identitário, mesmo que eles não deixem claro a intencionalidade política nas publicações. Aparentemente, isso ocorre porque o corpo indígena tem a luta territorial, por sobrevivência e por asseguramento de seus direitos, que estão sempre em vigília, como algo rotineiro. Por isso, não precisam se declarar vinculados à política partidária ou institucional, pois suas vivências já são, de forma imanente, políticas, conforme a compreensão de Aristóteles (1995).

À luz desse debate, a pergunta deixa de ser se a comunicação indígena é, em essência, uma comunicação política e passa a ser em quais situações determinadas práticas comunicacionais assumem caráter político. Essa mudança evita uma conclusão previamente dada e permite examinar empiricamente quando a produção e a circulação de narrativas indígenas introduzem dissenso, reconfiguram visibilidades, acionam alianças ou tensionam enquadramentos historicamente produzidos por agentes externos.

A apropriação das plataformas pode ampliar possibilidades de autorrepresentação e de circulação de narrativas próprias, mas ocorre em infraestruturas corporativas submetidas a regras de moderação, formatos, métricas e sistemas algorítmicos que não são controlados pelos usuários. Por isso, a dimensão política dessas práticas precisa ser analisada na tensão entre agência indígena e condicionamentos técnicos e econômicos das plataformas, evitando tanto uma leitura determinista quanto uma interpretação excessivamente celebratória da conectividade.

4 PERCURSO METODOLÓGICO E CORPUS DIGITAL

Do ponto de vista metodológico, o artigo mobiliza uma etapa exploratória de pesquisa em ambientes digitais, articulada ao desenho mais amplo da dissertação. A coleta de publicações de perfis vinculados à aldeia A'Ukre foi iniciada em abril de 2026 e vem sendo realizada por meio de capturas de tela e da sistematização de informações disponíveis nas próprias plataformas. O ambiente digital é tratado simultaneamente como fonte, campo de observação e contexto de relações comunicacionais, em consonância com abordagens de pesquisa para a internet (Fragoso; Recuero; Amaral, 2011).

Para esta versão do artigo, mobiliza-se um corpus piloto constituído por publicações no Instagram já registradas de perfis vinculados a A'Ukre. Os materiais vêm sendo organizados em uma tabela analítica. A unidade de análise é a publicação, considerada em sua composição multimodal quando os elementos disponíveis — imagem, vídeo, legenda, marcações e demais recursos de circulação — permitem esse exame.

Buscando uma análise mais precisa, neste texto, vamos apresentar duas publicações que se encontram armazenadas em nosso banco de dados. Os achados apresentados a seguir têm caráter preliminar e não substituem a etapa etnográfica presencial prevista no desenho da dissertação. A análise evita atribuir intenções políticas aos autores das publicações sem confirmação empírica e concentra-se em operações comunicacionais observáveis: modos de enquadrar o cotidiano, formas de autorrepresentação, elementos de territorialidade, regimes de visibilidade e possibilidades de dissenso. O trabalho de campo permanece necessário para compreender os sentidos atribuídos pelos próprios interlocutores às imagens e práticas aqui examinadas.

5 QUANDO A COMUNICAÇÃO SE TORNA POLÍTICA: RESULTADOS EXPLORATÓRIOS

A sistematização preliminar do material revela recorrência de registros relacionados a cerimônias, rituais, festividades e outras práticas tradicionais entre os Mëbêngôkre-Kayapó. Esse dado é relevante porque desloca a análise da procura

exclusiva por conteúdos explicitamente ativistas para a observação de como o cotidiano é tornado visível pelos próprios sujeitos. A dimensão política, nessa perspectiva, não está automaticamente no tema representado, mas pode emergir quando essas publicações interferem nos regimes pelos quais pessoas indígenas são vistas, narradas e reconhecidas no espaço público digital.

Uma categoria particularmente produtiva a qual está prevista é a de enquadramento. Nos materiais já observados aparecem registros em que moradores se apresentam com pinturas corporais e ornamentos Mëbêngôkre-Kayapó, compondo autorrepresentações que articulam presença digital, identidade e pertencimento territorial. Em vez de interpretar essas imagens como prova automática de resistência, interessa observar quem produz o enquadramento, como os corpos e práticas são apresentados e em que medida esses registros diferem de representações externas historicamente marcadas pela exotização ou pela tutela. Nas próximas linhas, apresentaremos duas dessas publicações.

Figura 1: Tradição Mëbêngôkre-Kayapó em A'Ukre



Fonte: Banco de dados dos autores

A publicação foi realizada no dia 4 de maio de 2025, na rede social Instagram. Embora o perfil seja de caráter público, optamos por não apresentar informações adicionais sobre o autor da postagem. Além disso, com o objetivo de preservar a identidade das pessoas presentes na imagem, suas faces foram borradas. Para analisar as publicações, focaremos nos principais elementos que visíveis nas duas imagens que optamos por analisar.

A legenda da publicação, “o nosso tradição”, reforça a compreensão da ocasião como uma manifestação da tradição Mëbêngôkre-Kayapó. Isso fica evidente com os elementos ornamentais que os indivíduos carregam em seus corpos, como cocares, pulseiras e braceletes. Nenhum desses elementos ornamentais são usados de forma aleatória, uma vez que suas cores e formatos possuem significados específicos e são utilizados em determinadas cerimônias, rituais e festividades na aldeia (Demarchi; Dias, 2013). A publicação também rechaça representações essencialistas sobre os povos indígenas, considerando que, em A’Ukre, os moradores não passam 24 horas de seus dias utilizando tais ornamentações; seu uso ocorre de forma eventual, conforme as ocasiões e práticas culturais que vão sendo realizadas.

A imagem, fotografada de forma horizontal, possivelmente por algum morador da própria aldeia, dado o perfil no qual ela foi publicada, foi registrada no centro da comunidade, mais especificamente na praça central, local onde costumam acontecer muitas das cerimônias, rituais e festividades da comunidade (Zanotti, 2016). Outro elemento que nos chamou atenção foi o estilo das vestimentas de todos os indivíduos presentes na imagem. Para isso, mobilizamos nossa categoria analítica “Estilo de vestimenta”, classificamo-lo como híbrido, ou seja, marcado pela incorporação de vestimentas de confecção não indígena, como shorts, bermudas e sandálias.

Ao se apropriarem dessas vestimentas não indígenas em suas práticas cotidianas e culturais, observa-se que os povos indígenas, em especial os Kayapó de A’Ukre, assim como ocorre com a internet, os aparelhos eletrônicos e as redes sociais, incorporam cada vez mais esses elementos ao seu cotidiano. Isso não os torna menos indígenas nem enfraquece suas culturas; ao contrário, evidencia uma forma de autonomia indígena, no

sentido de utilizar aquilo que lhes é conveniente, rompendo com um imaginário popular que representa os povos indígenas a partir de uma perspectiva essencialista e exotizada.

A segunda publicação trata-se de um vídeo. Embora não consigamos reproduzir aqui, trabalharemos com um *print screen* do mesmo. Sua publicação aconteceu no 8 de janeiro de 2026 no perfil de um morador de A'Ukre. Trata-se, também, de um post que enfatiza a cultura Mëbêngôkre-Kayapó, o que pode ser vista em vários elementos presentes na imagem.

Figura 2: Cerimônia Mëbêngôkre-Kayapó em A'Ukre



Fonte: Banco de dados dos autores

Em um dos trechos da publicação, percebe-se que o autor ressalta o cotidiano cultural de A'Ukre: “Nesse período, acontecem cerimônias tradicionais, com cantos, pinturas no corpo e uso de cocares coloridos. Os homens e as mulheres se preparam com cuidado, mostrando respeito pelos ancestrais e pela natureza. A aldeia se enche de música, risos e orgulho da própria cultura.” É justamente esse contexto que o vídeo demonstra. Embora tenhamos optado por não apresentar, no *print screen* da imagem, determinados sujeitos e elementos presentes no vídeo, também aparecem mulheres sem a parte superior de suas vestimentas.

Para aqueles e aquelas que não conhecem minimamente a cultura Mëbêngôkre-Kayapó, essa situação pode ser interpretada como nudez. Todavia, trata-se de momentos específicos nos quais as mulheres, juntamente aos homens de A'Ukre, participam de determinadas cerimônias tradicionais nas quais, dependendo da ocasião, não utilizam a parte superior das vestimentas. Assim como ocorre com as pinturas corporais e as ornamentações, a nudez também não é aleatória, mas está relacionada a contextos específicos de suas práticas culturais. Shepard e Pace (2021) apontam que a nudez na cultura Mëbêngôkre-Kayapó é registrada como parte intrínseca de suas práticas culturais, sobretudo quando ocorre no contexto de cerimônias e rituais específicos.

A ocupação da praça central, as vestimentas, as pinturas e os ornamentos também chamam a atenção no vídeo. Todos esses elementos são registrados por meio de uma filmagem horizontal e publicados por alguém que faz parte da própria cultura e da realidade de A'Ukre. A própria legenda, conforme já destacado anteriormente, faz questão de ressaltar esse corpo social Kayapó, que possui significados que vão além daquilo que nós, não indígenas, conseguimos compreender. Seus significados podem ser implícitos para nós, mas, para os Mëbêngôkre-Kayapó, possuem sentidos próprios e plenamente significativos.

Nesse sentido, os corpos são fotografados e filmados não como forma de enfatizar o exótico, mas como maneira de reivindicar territorialidades por meio de elementos corporais e culturais que expressam o pertencimento e contribuem para a afirmação da identidade Mëbêngôkre-Kayapó (Zanotti, 2016). Essa forma de disputar o imaginário social e de se autorrepresentar por meio das plataformas digitais constitui uma das formas de expressão política, uma vez que também está inserida em relações de poder, ainda que estas se apresentem de maneira mais velada quando comparadas a outros períodos.

Assim, à luz de Rancière (1996, 2009), o potencial político dessas práticas pode ser localizado na disputa pela partilha do sensível. Quando sujeitos historicamente representados por agentes externos também produzem e fazem circular seus próprios enquadramentos, alteram-se, ainda que de maneira parcial, as condições de visibilidade

e enunciação. O dissenso, portanto, não depende apenas de uma postagem declaradamente reivindicatória: ele pode operar na própria capacidade de aparecer, narrar a contemporaneidade indígena e disputar os sentidos atribuídos à vida em A'Ukre.

Esse movimento, contudo, não equivale a uma soberania comunicacional plena. As publicações circulam em plataformas corporativas cujos formatos, critérios de moderação, métricas e sistemas de recomendação condicionam o alcance e a permanência dos conteúdos. Os resultados exploratórios apontam, assim, para uma tensão constitutiva: as redes sociais podem ampliar possibilidades de autorrepresentação e dissenso, ao mesmo tempo que submetem essas práticas a infraestruturas e regras externas à comunidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo partiu da pergunta sobre em que condições práticas comunicacionais de pessoas Mëbêngôkre-Kayapó vinculadas a A'Ukre podem ser compreendidas como práticas políticas nas redes sociais. A revisão teórica permitiu afastar duas reduções: a identificação da política apenas com instituições e, no sentido inverso, a suposição de que toda prática comunicacional seja política apenas porque seus sujeitos são seres políticos.

Aristóteles contribui para historicizar a dimensão relacional da política, enquanto Rancière oferece o critério analítico mais diretamente mobilizado: a política se efetiva no dissenso e na reconfiguração da partilha do sensível. Essa perspectiva permite analisar a presença digital indígena não como evidência automática de politização, mas como campo no qual podem ocorrer disputas por fala, visibilidade, reconhecimento e enquadramento.

No plano empírico, a análise exploratória do corpus já coletado indica recorrência de registros associados a rituais e cerimônias, além da relevância da categoria enquadramento para examinar autorrepresentações. Esses dados sugerem que o caráter político pode estar também em conteúdos cotidianos quando eles

contribuem para deslocar regimes de representação e ampliar a capacidade de sujeitos vinculados a A'Ukre produzirem e circularem imagens de si e de suas experiências.

Os resultados, contudo, não autorizam afirmar que toda comunicação Mëbêngôkre-Kayapó em redes sociais seja política, horizontal ou contra-hegemônica, embora nós tenhamos trabalhado com dois exemplos que seguem esse horizonte. O que o corpus preliminar permite sustentar é que determinadas práticas podem adquirir caráter político quando introduzem dissenso, tensionam enquadramentos externos, acionam pertencimentos territoriais ou disputam quem pode falar e aparecer sobre a realidade indígena.

Também é necessário considerar que essas práticas acontecem em plataformas corporativas. A agência dos sujeitos convive com condicionamentos algorítmicos, mercadológicos e normativos que interferem na circulação e na permanência dos conteúdos. A autorrepresentação, portanto, não deve ser confundida com autonomia técnica ou soberania comunicacional plena.

Como limite, esta etapa ainda não dispõe da interpretação dos próprios interlocutores sobre o conjunto de publicações analisado. A futura pesquisa de campo deverá confrontar as categorias construídas a partir do ambiente digital com as compreensões dos moradores de A'Ukre, especialmente quanto a autoria, circulação, segredo, visibilidade e usos políticos das imagens.

A principal contribuição desta versão é deslocar a formulação de uma tese previamente estabelecida — “a comunicação indígena é política” — para uma questão empiricamente examinável: quando, como e sob quais condições práticas comunicacionais indígenas assumem caráter político. Esse movimento aproxima a Filosofia Política do material de pesquisa e responde à necessidade de demonstrar resultados, ainda que preliminares.

Desse modo, o artigo não pretende definir a política na realidade Mëbêngôkre-Kayapó, mas oferecer uma chave analítica provisória para compreender como práticas comunicacionais digitais podem interferir nos regimes de visibilidade e representação que atravessam os povos indígenas na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, B. R.; SILVA, W. R. C.; F., M. S. TERRITÓRIO E POPULISMO DIGITAL: UMA VISÃO CIBERGEOGRÁFICA A PARTIR DO BOLSONARISMO: Territory and digital populism. **Convergências: estudos em Humanidades Digitais**, v. 1, n. 04, p. 104-123, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ifg.edu.br/cehd/article/view/96>. Acesso em: 23 set. 2026.
- AMARAL, E.; FILHO, A. V. Comunicação dos Povos Indígenas como chave para práticas decoloniais de uma outra-comunicação. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 21, n. 41, p. 60-72, 2022. Disponível em: <https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/901>. Acesso em: 23 set. 2026.
- ARISTÓTELES. **A Política**. Bauru, SP: EDIPRO, 1995.
- BENJAMIN, W. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. Porto Alegre: L&PM, 2018.
- BERTOLLO, M. A dinâmica na rede urbana brasileira atual e a capilarização da informação pelo smartphone no território. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 23, n. 2, p. 262-284, 2019. Disponível em: <https://revistas.usp.br/geousp/article/view/158181>. Acesso em: 23 set. 2026.
- BUENO, C. Comunidades indígenas usam internet e redes sociais para divulgar sua cultura. **Ciência e Cultura**, v. 65, n. 2, p. 14-15, 2013.
- CASTRO, I. E. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Bertrand Brasil, 2005.
- CASTRO, R.; SOUZA, A.; FERREIRA, M.; MELLO, J. Comunicação política, fake news e redes sociais: uma revisão sistemática da literatura. **Postdata**, v. 27, n. 1, p. 48-63, 2022. Disponível em: https://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-96012022000100048&lng=es&nrm=iso. Acesso em 22 set. 2026.
- CASTRO, G. J.; OLIVIERI, A. G.; CASTRO, L. O lugar da Política na Filosofia Política de Aristóteles. **Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social**, v. 6, n. 12, p. e061310-e061310, 2024. Disponível em: <https://periodicos.processus.com.br/index.php/ppds/article/view/1310>. Acesso em 23 set. 2026.
- COELHO, C. B. Povos indígenas contemporâneos: os Mebêngôkre-Kayapó e sua relação com a internet. 2024. 174 f. il. color.

DEMARCHI, A.; DIAS, D. M. A imagem cronicamente imperfeita: o corpo e a câmera entre os Mebêngôkre-Kayapó. **Espaço Ameríndio**, v. 7, n. 2, p. 147, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/3750>. Acesso em: 23 set. 2026.

ESTEVES, L.; CAL, D. "Demarcar as telas": a comunicação digital como uma dimensão das resistências de mulheres indígenas. **Anuário Internacional de Comunicação Lusófona**, 2023.

FRANCO, T. C.; DI FELICE, M.; PEREIRA, E. da S. O net-ativismo indígena na Amazônia, em contextos pandêmicos. **Estudos em Comunicação**, n. 31, p. 109-132, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.25768/20.04.03.31.06>>. Acesso em: 23 set. 2026.

GIRÃO, I. N. Comunicar para “segurar o céu”: diálogo com o comunicador indígena Rodrigo Tremembé sobre suas narrativas e experiências nas redes sociais. **Revista Internacional de Folkcomunicação**, v. 21, n. 47, 2023. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/folkcom/article/view/22522>>. Acesso em: 23 set. 2026.

FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. Métodos de pesquisa para internet. Porto Alegre: Sulina, 2011.

GOMES, Pedro. A Partilha do Sensível: Rancière J. São Paulo: Editora 34, 2009 ISBN: 8573263210. **Revista Brasileira de Bioética**, v. 10, n. 1-4, p. 106-109, 2014.

HOFF, R. Identidades indígenas urbanas: autonarrativas contemporâneas mediatizadas no Instagram. **Mídia e Cotidiano**, v. 16, n. 2, p. 259-280, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/rmc.v16i2.52170>. Acesso em: 23 set. 2026.

ISRAEL, C. B. **Redes digitais: espaços de poder: por uma geografia da Internet**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2021. 376 p.

LEWIS, J. A. **Sovereignty and the evolution of internet ideology**. Center for strategic & international studies (CSIS), 2020. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/pdf/resrep26992.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2026.

LOSURDO, D.. **Colonialismo e luta anticolonial: desafios da revolução no século XXI**. Boitempo Editorial, 2020.

MARQUES, Â. C. S. Comunicação, estética e política: a partilha do sensível promovida pelo dissenso, pela resistência e pela comunidade. **GALÁXIA. Revista Interdisciplinar de Comunicação e Cultura**, n. 22, 2011. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/7047>>. Acesso em: 23 set. 2026.

PEREIRA, E. Mídias Nativas: a comunicação audiovisual indígena-o caso do projeto Vídeo Nas Aldeias. **Ciberlegenda**, n. 23, p. 61, 2010. Disponível em: < <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36654/21234>>. Acesso em: 23 set. 2026.

PINTO, A. A. O protagonismo comunicacional-informacional-digital indígena na sociedade da informação: antecedentes, experiências e desafios. **Anuario Electrónico de Estudios en Comunicación Social" Disertaciones"**, v. 11, n. 2, p. 104-127, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5115/511555883007/511555883007.pdf>. Acesso em: 23 set. 2026.

RANCIÈRE, J. **A partilha do Sensível**: estética e política. Tradução: Mônica Costa Netto. 2a Ed, São Paulo; Editora 34, 2009. p.72.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento**: política e filosofia. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.

RIOS, L.; SILVA, C. Influenciadores digitais indígenas: o Instagram como mídia para manifestação identitária e ativista de indígenas da Amazônia Brasileira. **Brazilian Creative Industries Journal**, v. 3, n. 1, p. 215-241, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.25112/bcij.v3i1.3206>. Acesso em: 23 set. 2026.

SANTAELLA, L. Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano. **Revista Famecos**, v. 10, n. 22, p. 23-32, 2003. Disponível em: < <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2003.22.3229>> . Acesso em: 23 set. 2026.

SHEPARD JR, G.; PACE, R. Authenticity and anthropophagy in Kayapó film production. **Current Anthropology**, v. 62, n. 3, p. 309-332, 2021. Disponível em: < <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/714080>>. Acesso em: 23 set. 2026.

STRAUSS, L. O que é a Filosofia Política? **Leviathan (São Paulo)**, n. 2, p. 1-27, 2011. Disponível em: < <https://doi.org/10.11606/issn.2237-4485.lev.2011.132277>>. Acesso em: 23 set. 2026.

ZANOTTI, L. **Radical territories in the Brazilian Amazon**: the Kayapó's fight for just livelihoods. University of Arizona Press, 2016.

SOBRE O(A) AUTOR(A)**Wesley Silva**

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM-UFPA). Graduado em Licenciatura em Geografia pelo Instituto Federal do Pará (IFPA). Pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Educação e Cibercultura (NUPEC-IFPA). Ao longo da graduação, foi duas vezes Bolsista PIBIC (CNPq) no Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), no qual atuou na Reserva Técnica de Arqueologia Mário Ferreira Simões, trabalhando no processo de curadoria de fragmentos arqueológicos Kuikuro, oriundos do Alto Xingu. Também no MPGE, é colaborador do projeto Vozes da Amazônia indígena: processos históricos da sociobiodiversidade frente aos desafios do Antropoceno, e do Observatório das Baixadas (@observatoriodasbaixadas). Foi bolsista PIBIC voluntário entre 2022 e 2023 no projeto de pesquisa "O ritual e a cultura do cancelamento no Brasil: estudo qualitativo a partir de práticas discursivas na imprensa e na rede social Twitter entre 2018 e 2021". Foi bolsista de extensão (PIBIX-2024), no projeto "Ciclo de Oficinas formativas no âmbito do Projeto Jornal Digital: Jornalismo e Comunicação como ferramenta educacional no IFPA, Campus Belém". De 2023 a 2025, desenvolveu o projeto de pesquisa intitulado "Ciberespaço e populismo digital: o nascimento e o crescimento do bolsonarismo nas redes sociais entre 2013 e 2022", o qual virou Trabalho de Conclusão de Curso e foi aprovado com louvor da banca (IFPA-2025). Ocupou a vaga de cronista/articulista no projeto de extensão "Contando Várias Histórias: Jornal Digital (JD)", vinculado ao mesmo núcleo. No âmbito da docência, foi bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) de 2022 a 2024. Em relação a pesquisa, seus interesses estão voltados para Geografia Política e Eleitoral, Geografia da Internet e do Ciberespaço, Política contemporânea, Filosofia Política e Comunicação.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1178325793288426>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-7092-0587>

E-mail: wesley.osilva25@gmail.com

Breno Alencar

É professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará e do Curso de Licenciatura em História do Instituto Federal do Pará. É coordenador do Núcleo de Pesquisa em Educação e Cibercultura. Doutor em Antropologia pelo PPGSA/UFPA, mestre em Ciências Sociais e graduado em Ciências Sociais pela UFPA, desenvolve pesquisas na interface entre Antropologia, Educação e Tecnologias Digitais, com foco em cibercultura, parentesco, poder e mediações sociotécnicas. É líder do Grupo de Pesquisa em Antropologia na Educação Básica/IFPB e integra grupos como CORPOSTRANS/UFPI e o GICEP/IFPA. Coordena projetos de pesquisa e extensão voltados ao impacto das tecnologias digitais na sociedade e na educação, incluindo o LABTEC, dedicado à tradução e difusão científica em humanidades digitais. Já coordenou iniciativas financiadas pelo CNPq e pela FAPESPA sobre mediação digital do conhecimento e dinâmicas socioculturais no ambiente virtual. Organizou obras como Etnografia dos Afetos, publicação binacional com pesquisadores do Brasil, México e Finlândia, e a coletânea Antropologia na Educação Básica, em parceria com o IFPB e o Colégio Pedro II.

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4896717603786046>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1194-8986>

E-mail: brenoalencar@ufpa.br

COMO CITAR ESTE ARTIGO

SILVA, Wesley; ALENCAR, Breno. A imanência do político: comunicação indígena e presença Mëbêngôkre-Kayapó nas redes sociais. **Passagens: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará**, Fortaleza, v. 17, n. especial, p. e97555, 2026.

RECEBIDO EM: 17/08/2026

ACEITO EM: 08/09/2026

PUBLICADO EM: 23/09/2026



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional
